

A poética do poder na América portuguesa

The poetics of power in Portuguese America

LUZ, Guilherme Amaral. **Flores do desengano**: poética do poder na América portuguesa (sécs. XVI-XVIII). São Paulo: Editora UNIFESP, 2013. 240 p.

Cleber Vinicius do Amaral Felipe

PALAVRAS-CHAVE

Retórica, História Moderna, América Portuguesa.

KEYWORDS

Rhetoric; Modern History; Portuguese America.

A proposta de Guilherme Amaral Luz, autor de *Flores do desengano*, é a de efetuar uma leitura retórico-histórica de objetos textuais produzidos entre os séculos XVI-XVIII na América portuguesa. Seu estudo volta-se para as representações políticas a partir de suas dimensões retóricas, utilizando textos que funcionam como “dispositivos simbólicos carregados de poder”, mas de um poder cujos critérios de validação encontram-se “expirados”, para usar um termo que o autor emprega em sua introdução. Logo, são “peças de valor fugaz”, flores exemplares (e transitórias) das quais nos restam somente ruínas.

Os procedimentos metodológicos adotados pelo autor se desdobram, basicamente, em três movimentos simultâneos e complementares: (1) leva em consideração e examina os procedimentos convencionais de cada gênero retórico, que são praticados conforme as circunstâncias históricas; (2) apreende o “contexto histórico” a partir das convenções que o fundamentam, sem supor que ele se encontra fora da escrita. Esse procedimento evita a hierarquização indevida dos objetos textuais, como aquela que pressupõe que um gênero retórico é

mais fidedigno do que outro; (3) compreende os efeitos que os mais diversos gêneros retóricos efetuam a partir das referências datadas desses mesmos efeitos. O autor, portanto, ao analisar práticas letradas afinadas a diferentes gêneros retórico-poéticos, leva em consideração os códigos linguísticos que amparam e possibilitam sua invenção (no sentido retórico do termo).

Luz pontua, em suas considerações iniciais, alguns dos temas que problematiza no decorrer dos oito ensaios que compõem seu livro: a “formação de laços políticos coloniais”, “o papel dos sentimentos morais e do *éthos* católico na constituição desses laços”, “a materialização desses laços em torno de afetos e sentimentos de pertença ao Império” e “os lugares das artes poéticas e retóricas na constituição dos pactos concernentes à colonização, entendidos em suas dimensões não só econômicas, mas também (e ao mesmo tempo) sociais, políticas, culturais e éticas”.

O primeiro ensaio é *Produção da concórdia: poética do poder na América portuguesa*: trata-se de um texto que busca compreender, “em termos mais conceituais e historiográficos, os papéis das práticas letradas como componentes da propaganda imperial portuguesa nas suas colônias americanas”. Inicialmente, o autor levanta questões concernentes à produção historiográfica que se ocupa da América portuguesa, sobretudo do lugar político das relações entre a metrópole e suas possessões ultramarinas no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII. Em termos gerais, as análises de autores como António Manuel Hespanha, João Fragoso e Maria Fernanda Bicalho permitem repensar o “pacto colonial” e os mecanismos políticos e administrativos que o subsidiam. Os estudos de Hespanha sobre as “monarquias corporativas” e as análises de Kantorowicz sobre os dois corpos do rei, por exemplo, ajudam a entender não somente o lugar do rei, cabeça de Portugal, mas também dos súditos portugueses, integrantes do corpo político do Império. O rei, nesse caso, apresentava uma natureza dupla, ao mesmo tempo humana e sagrada. Tal revestimento místico de sua imagem política permitia a edificação de uma ideia de “reino” que ele representava e administrava. O sentido orgânico

da sociedade de corte permitia e promovia uma distribuição das responsabilidades entre os súditos, como condição para o bom regulamento do Império, que dependia do ordenamento de suas “partes” para administrar um “todo” coeso.

Os poemas encomiásticos, como é o caso dos elogios a personagens públicas, encenam a concórdia entre as partes do Império ou, melhor dizendo, representam a hierarquia do corpo místico português e efetuam a produção do herói, que pensa e age de forma exemplar, suprimindo a falta “física” do rei por encarnar sua *persona ficta*. O herói mobiliza seu livre-arbítrio em prol da vontade régia e luta pelo bem comum, agindo como braço do Império e, por extensão, como instrumento da Providência. Esta é uma das constatações de Guilherme Amaral Luz neste ensaio e também o eixo axiológico de toda a sua reflexão em *Flores do desengano*, que gira em torno de distintas práticas letradas que, prescritiva e programaticamente, inventam a concórdia do reino, instruindo os súditos através de um modelo de conduta afinado às prerrogativas do bem comum.

No segundo ensaio, *O éthos do aedo e a constituição jesuítica do herói: Anchieta e Mem de Sá*, o autor estuda a epopeia *Os feitos de Mem de Sá* (1563), atribuída ao padre José de Anchieta. Após problematizar alguns aspectos da obra, como o uso do latim e as imprecisões quanto à atribuição do texto a Anchieta, Luz analisa aspectos retóricos e poéticos do poema, chegando à conclusão de que ele “reafirma o compromisso da Companhia de Jesus com o projeto político de um Estado católico que se lança à colonização da América”. Quando o aedo do poema de Anchieta recusa o apoio autorizado das Musas, invocando o auxílio de Jesus, ele se torna detentor de uma “voz inspirada por Deus”. Mem de Sá, herói do poema, é apresentado como súdito humilde e prudente, que age como braço da Providência. Os méritos pelo sucesso da empresa liderada pelo governador geral não são seus, portanto, mas da “cabeça” que o orienta: Deus. Esse procedimento reveste a obra de uma importância providencial e fidedigna, reforça a humildade do herói e do aedo e ressalta o bom juízo e discernimento do poeta, que mobiliza

lugares-comuns adequados à instrução e deleite dos leitores/ouvintes. O heroísmo de Mem de Sá, portanto, compreende-se “conforme o decoro teológico-político de uma monarquia corporativa, harmônica e concorde em suas partes, que tem como propósito realizar, no plano da história, a vontade de Deus”.

Pero de Magalhães Gandavo: a ética ultramarina portuguesa na Terra de Santa Cruz é o terceiro ensaio do livro. Nele, o autor analisa o *Tratado da Terra do Brasil* (1570) e a *História da Província de Santa Cruz* (1576), buscando, de um lado, sondar os procedimentos retóricos e políticos de Gandavo e, de outro, pensar a escrita destes textos em função do momento histórico vivenciado pelo autor, que se apresenta de maneira elegante, humilde e discreta no prólogo, fazendo uso da “dissimulação honesta”, perceptível na tópica da modéstia afetada. Quando recusa grandes ornatos e figuras agudas, ele assume uma postura humilde, atitude que busca assegurar a veracidade dos relatos, que decorrem do testemunho direto. e não do artifício da escrita. Luz compara, por exemplo, os relatos de Gandavo e os textos missionários jesuítas, encontrando certos procedimentos em comum: a retratação do caráter providencial dos descobrimentos portugueses, a valorização da ação missionária dos inicianos, a descrição de elementos raros da natureza brasílica e o uso da tópica da humildade como elemento adequado à *captatio benevolentiae*.

Para Gandavo, “a saúde do reino de Portugal depende do cumprimento de seu mandato evangelizador, que, uma vez esquecido, compromete a manutenção e a expansão do próprio Império no ultramar”. Sua escrita, afinada ao gênero da história, buscava fornecer um conjunto de lições morais através da divulgação de exemplos, deixando subtendido, através deles, que, “nos assuntos do Novo Mundo, vale mais o exercício da política sábia e prudente do que o exercício das armas”. Guilherme Amaral Luz chega à conclusão de que existe um caráter místico e outro pragmático nos escritos de Gandavo: místico devido à ênfase no providencialismo das descobertas, cabendo aos portugueses a condução desses povos ao corpo

de Cristo; pragmático porque prescreve a “necessidade da ação do homem na coautoria dessa vontade de Deus”, através de meios justos e prudentes.

No quarto ensaio, *O canto de Proteu: a corte na colônia em Prosopopéia de Bento Teixeira*, Luz começa recuperando o posicionamento da crítica literária em relação ao poema atribuído a Teixeira para, só então, ponderar sobre alguns anacronismos, não para repudiar a crítica literária dos séculos XIX-XX, mas para dialogar com ela valendo-se de ferramentas de que ela não dispunha. A voz de Proteu, aedo do poema, profetizando um futuro que, para o leitor da obra, já era passado, confere sentido à memória e, por assim dizer, retrata seu caráter providencial. Em consonância com o aedo inventado por Anchieta e com o *histor* implicado nos textos de Gandavo, Bento Teixeira, que sai de cena para dar voz a Proteu, anuncia “princípios éticos para a ação colonizadora portuguesa no Ultramar”.

No quinto ensaio, *A morte-vida do corpo místico: a ordem cósmica da política em um panegírico fúnebre seiscentista*, o tema do desengano é tratado de forma mais evidente, uma vez que seu objeto de estudo é um panegírico fúnebre de 1676 que retrata a boa-morte do governador-geral do Brasil, Afonso Furtado de Mendonça. Isso nos remete à imagem que encontramos na abertura do livro de Luz, relativa à *vanitas*. O ser humano é mortal e suas posses são passageiras como uma flor: essa tópica demarca, por exemplo, a proposição das epopeias homéricas, que evidenciam a fragilidade humana e apresentam o canto épico como única imortalidade possível. Uma bela morte pode ser alcançada também no Império português, caso as ações do morto tenham reproduzido os preceitos éticos e políticos valorizados em seu meio. Guilherme Luz busca, portanto, analisar as articulações entre as representações fúnebres, a teologia-política que as fundamenta e os mecanismos retórico-poéticos que engendram a educação dos colonos.

O problema da escravidão africana na América portuguesa é abordado no sexto ensaio, *Rosário da concórdia: Vieira e os fundamentos místicos da paz social*, no qual o autor busca

“o nexu teológico entre Rosário, Eucaristia e Concórdia, quando aplicadas às circunstâncias da escravidão na América portuguesa”. Luz constata um conjunto de mal-entendidos, ao perscrutar a historiografia brasileira, que muitas vezes concebe uma suposta contradição entre escravidão e cristianismo. O autor consegue problematizar essas leituras enviesadas através de dois sermões de Vieira, a partir dos quais ele discorre sobre a tópica do mistério, que inclui a escravidão como parte integrante do Império português na consecução da “primavera dos tempos”. Por outras palavras, os escravos são os pés e as mãos do senhor do engenho, e sem eles não há açúcar; sem açúcar não há prosperidade econômica e, assim, Portugal não poderia cumprir sua missão salvífica, orientada conforme os desígnios da Providência Divina.

Aos escravos, afirma Luz, “é permitido exercitar a imitação frequente de Cristo, com sua Cruz, no cotidiano de privações, humilhações e sofrimentos”. Tais males fazem com que o escravo experimente “a verdadeira benção escondida por trás dos açoites, do trabalho árduo e das ofensas recebidas”. Importante, aqui, é a produção e manutenção da concórdia, através da qual se consegue não somente a absolvição e salvação dos negros, como também o desenvolvimento econômico do corpo português, que precisa de seus pés e mãos para cumprir os mandatos de Deus. Vieira não assume, portanto, uma postura contraditória ou hipócrita em relação aos preceitos cristãos; muito pelo contrário: ele afirma que o cativo redime o escravo que o acata sem fraquejar, possibilita a continuidade da evangelização e o crescimento do Império.

O sétimo ensaio, *A oikonomia do engenho ou o engenho da pólis cristã: Prudêncio do Amaral, Antonil e o açúcar*, é baseado no estudo das obras *De Sacchari Opificio Carmen*, escrita pelo Pe. Prudêncio Amaral S.J. (1675-1715) e *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711), de Antonil. Ambos elogiam o campo e a economia açucareira e criticam a descoberta do ouro. O elogio à agricultura faz sentido, portanto, quando analisado como contraponto à economia aurífera. Para

tanto, o processo de produção do açúcar, desde o cultivo do solo ao refino, é colocado como ensinamento para a vida virtuosa, fruto do trabalho árduo. A entrega ao labor no interior dos engenhos de açúcar traz, como consequência, a purificação. Daí Guilherme Luz afirmar que o engenho de açúcar, no caso, fruto máximo do engenho humano, é uma “pequena porção do Divino”. O engenho humano não produziu somente uma máquina de fazer açúcar, mas “uma máquina divina de fazer homens e, mais ainda, comunidades humanas ordenadas conforme regras ajustadas”. Prudêncio Amaral e Antonil inventam “uma espécie de mecânica histórica, providencialmente inspirada, de purificação moral e, concomitantemente, de ordenamento político, que funciona em torno da *oikonomia* patriarcal do engenho de açúcar”.

Último ensaio, *As avessas da Idade de Ouro: ruínas da moral*: nele, Luz retoma alguns textos trabalhados no decorrer dos ensaios precedentes, mas questiona outros, como *O Valeroso Lucideno* (1648), de Frei Manuel Calado; *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, atribuído a D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar; *Cultura e opulência do Brasil* (1711), do Pe. Andreoni, *El Criticón*, de Gracián, dentre outros. O objetivo do autor é abordar a definição de alguns males que, em maior ou menor escala, desordenavam ou impediam o bem comum, sobretudo aqueles que estão imbricados no enriquecimento colonial na América portuguesa. Quando se atenta para os mecanismos retóricos e poéticos, o autor descobre nesses textos preceitos que buscam efetuar a correção moral dos súditos.

A transitoriedade das flores remete à fugacidade das letras coloniais, compostas de dispositivos éticos e doutrinas retórico-poéticas que fundamentaram os mecanismos de poder na América portuguesa. No entanto, esses mecanismos são datados e, eventualmente, caíram em desuso. Mesmo sucumbindo, as flores coloniais deixaram seu aroma impregnado na memória escrita. *As Flores do desengano*, nesse sentido, foram plantadas sobre as ruínas de um jardim: quando nos atenta para as

particularidades históricas dessas belas e espinhosas flores de outrora, analisadas de forma refinada, discreta e elegante, o autor permite-nos flagrar um palácio de memórias, construído em solo arenoso e sustentado por uma poética do poder.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Cleber Vinicius do Amaral Felipe

clebervafe@gmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal de Uberlândia

Avenida João Naves de Ávila, n. 2121, Santa Mônica

38400-902, Uberlândia - Minas Gerais

Brasil

RECEBIDO EM: 07/04/2017 | APROVADO EM: 19/03/2018